

Câmara Municipal de Chopinzinho

CNPJ 77.774.511/0001-95

e-mail: camara@chopinzinho.pr.leg.br – site: www.camarachopinzinho.pr.gov.br

Rua Diogo Antônio Feijó, 4073 – Centro – Anexo ao Banco do Brasil

Fone: (46) 3242-1686/1407

85560-000

Comissão de Constituição e Justiça
Comissão de Finanças e Orçamentos

Parecer Conjunto 006/2022

Objeto: Projeto de Lei Ordinária nº 006/2022

Autoria: Poder Legislativo

Chopinzinho
Câmara Municipal de
Chopinzinho - PR

20 JAN. 2022

Protocolo Nº OR

Câmara Municipal de
Chopinzinho - PR

20 JAN. 2022

APROVADO

Os membros das comissões se reuniram nesta data para analisar o Projeto de Lei supracitado, que concede revisão geral anual (database) aos subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal, e ao seu Presidente. Em síntese, o referido Projeto de Lei, busca conceder a revisão geral anual no percentual de 10,06% (dez vírgula zero seis por cento), de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, nos termos do artigo 37, X, da Constituição Federal.

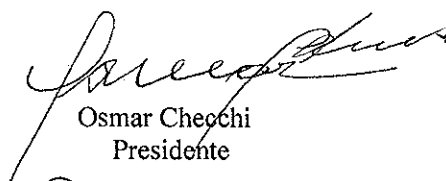
Convém esclarecer, que os agentes políticos do Legislativo Municipal possuem seus subsídios fixados pela Lei nº 3.836, de 31 de Julho de 2020, e gozam do mesmo direito a revisão geral anual concedida aos servidores públicos, a qual ocorre sempre no mês de Janeiro no Município de Chopinzinho. Tal garantia legal, encontra respaldo na Constituição Federal da República, artigo 37, inciso X, bem como nas determinações da Corte Paranaense de Contas, através da Instrução Normativa nº 72/2012, artigo 3º, inciso I, a qual dispõe que a mesma revisão geral anual aplicada aos Servidores Municipais deve ser estendida aos agentes políticos.


Destarte, assim pelo princípio da isonomia o percentual correspondente a revisão geral anual de 10,06% (dez vírgula zero seis por cento) deve ser aplicado aos agente políticos, o que também parece ser o posicionamento do Tribunal de Contas Paranaense através do Tribunal Pleno, no Acórdão nº 5537/15. A iniciativa quanto a revisão destes subsídios, de fato, deve partir da Câmara Municipal, conforme regimento interno desta Casa Legislativa, artigo 17, inciso I, alínea b.

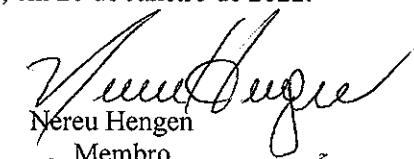
Deste modo, após discutirem e deliberarem quando a matéria de fato e de direito, entenderam os membros das comissões que a proposição encontra respaldo na legalidade e constitucionalidade, bem como que há capacidade orçamentária a atender a pretensão, devendo o Projeto de Lei ser levado ao Plenário para votação.

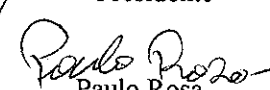
É o parecer.

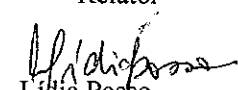
Câmara Municipal de Chopinzinho, em 20 de Janeiro de 2022.

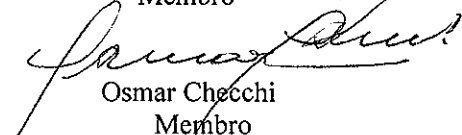

Osmar Checchi
Presidente


Paulo Rosa
Relator


Nereu Hengen
Membro


Paulo Rosa
Presidente


Lidia Posso
Relator


Osmar Checchi
Membro